

# Marvão

## estudos e documentos

de apoio à candidatura a *Património Mundial*

Jorge de Oliveira  
(Ed.)

ابن مروان  
IBN MARUAÑ  
Revista Cultural do Concelho de Marvão

  
Edições Colibri

 MUNICÍPIO DE  
**MARVÃO**

Biblioteca Nacional de Portugal

– Catalogação na Publicação

MARVÃO, ESTUDOS E DOCUMENTOS DE APOIO

À CANDIDATURA A PATRIMÓNIO MUNDIAL

Marvão, estudos e documentos de apoio à candidatura  
a património mundial / ed. Jorge de Oliveira.

– (Extra-colecção)

ISBN 978-989-689-404-7

I – OLIVEIRA, Jorge Forte de, 1956-

CDU 908

**Título:** Marvão, estudos e documentos de apoio  
à candidatura a *Património Mundial*

**Editor:** Jorge de Oliveira

**Revisão de texto:** Maria Fernanda Araújo

**Impressão:** Colibri, Artes Gráficas, Lda.

**Design:** Veludo Azul – Audiovisuais e Comunicação Lda.

**Paginação:** João José Bica

**Edição:** Edições Colibri / Câmara Municipal de Marvão

**Propriedade:** Município de Marvão

**Data da Edição:** Junho de 2014

**Tiragem:** 750 Exemplares

**Depósito Legal:** 374 467/14

ابن مروان  
IBN MARUAN  
Revista Cultural do Concelho de Marvão

MUNICÍPIO DE  
MARVÃO

É proibida a reprodução total ou parcial sem o consentimento dos autores

# Índice

Ficha Técnica	7
Nota Prévia	8
Jorge de Oliveira	
Prólogo	11
José Manuel Pires	
Marvão, the outstanding cultural landscape	14
Ray Bondim	
Marvão, da terra ao Homem	24
José Mirão	
Marvão, flora e vegetação	36
João Castro Antunes	
Vertebrados do concelho de Marvão	72
António Mira	
Marvão, paisagem	78
Nuno Lecoq	
Marvão, entre o passado e o presente	96
Jorge de Oliveira	
Marvão, valor de pasado	122
P. Bueno Ramirez de R. Balbin B.	
Percepciones e ideas sobre Marvão	138
Juan Javier Enriques	
por parte de un español en los inicios del s. XXI	
Entre os “canchos” e o vale	150
André Carneiro	
Marvão, Arqueología e História	166
Vasco Gil Cruz Soares Mantas	
De centro a fronteira	184
Hermínia Vasconcelos Vilar	
Marvão e o Reino Português (sécs. XII-XV)	
Marvão, uma vila guardiã da fronteira (sécs. XVI-XVIII)	202
Fernanda Olival	
Marvão, a arquitectura	232
João Lino	
Marvão, notas para uma candidatura	244
Jorge Gaspar	
Marvão, os limites da candidatura a Património Mundial	252
Nuno Lecoq	
Jorge de Oliveira	
José Mirão	
Marvão, Paisagem Cultural	260
Francisco Ramos	

# Entre os “canchos” e o vale

**povoamento e território  
no concelho de Marvão  
durante o império romano  
e a antiguidade tardia<sup>1</sup>**

---

André Carneiro

(CHAIA - Univ. de Évora)



## 1. Os homens e a paisagem

Entre os quinze concelhos que compõem o Alto Alentejo, será Marvão o que mais se afasta da imagem típica que tradicionalmente associamos às paisagens alentejanas. Situado no Parque Natural da Serra de São Mamede, aqui não encontramos planícies ou elevações suaves: para quem se dispõe a percorrer a pé estes caminhos há que contar com fragas ásperas, topos alcantilados ou uma imensidão de blocos pedregosos, os caos graníticos que localmente se chamam “canchos”, conforme cristalizaram na toponímia. Andar por estes campos, portanto, é uma tarefa dura e arriscada, em especial para o arqueólogo, que tem de procurar nos píncaros mais elevados os povoados e os traços, por vezes ténues, da presença humana antiga. Nesta paisagem de serra, dura e íngreme, encontramos ainda o isolamento que torna arriscada qualquer caminhada pelo campo, fruto de um esvaziamento demográfico dramático e imparável. A sangria de gentes leva consigo as memórias do que apareceu em algum momento, e traz a reocupação da paisagem por um coberto matagoso que dificulta ainda mais a prospecção e que recobre quase completamente a superfície do solo, dificultando assim a detecção de eventuais vestígios arqueológicos.

E, no entanto, este é um dos concelhos mais bem conhecidos na investigação arqueológica nacional. E mais precoces também, pois data de 1949 a primeira “Carta Arqueológica”, apresentada por Afonso do Paço no XVII Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Ciências (em 1950) e que recolheu dados de setenta e oito sítios arqueológicos registados no terreno. Uma iniciativa pioneira a nível nacional, resultante de um convite endereçado pelo então presidente da edilidade, Manuel Vivas, e que assumiu um carácter inédito porque durável no tempo – quatro campanhas anuais – que, pela intensidade, constitui um caso ímpar, a nível nacional, para o seu tempo. Promovendo um estudo de síntese e artigos específicos sobre os achados notáveis<sup>2</sup>, teve ainda o mérito de fixar no registo fotográfico publicado um conjunto de imagens de sítios e paisagens que entretanto se alteraram de modo inequívoco.

O *paradoxo marvanense* resulta igualmente de uma outra condicionante que localmente se verifica, e que também não apresenta paralelo em todo o distrito de Portalegre. A partir da década de setenta, temos os trabalhos promovidos por um arqueólogo local, Jorge de Oliveira, que tem dedicado mais de trinta anos de investigação ininterrupta ao património (não apenas o arqueológico, bem entendido, mas todo aquele que se liga com a preservação da memória e identidade) do concelho. Esta situação não se replica em mais nenhum município da área regional, observando-se que este constitui mais um dos sintomas da atávica interioridade do distrito de Portalegre, que nunca conseguiu promover um arqueólogo da região que, de forma sustentada, conseguisse conduzir estudos e investigações que alguém de fora, pelo menor entrosamento com a população e também menor conhecimento do terreno, demora mais tempo a conseguir.

Daqui decorre uma outra consequência: trata-se do único concelho do distrito que possui dois levantamentos arqueológicos sistemáticos, pois mais recentemente foi revisitado o estudo de Afonso do Paço, com resultados notáveis na ampliação da base de conhecimento e na monitorização do estado de preservação dos sítios<sup>3</sup>. Este facto é extremamente importante, pois, juntando-se a outros trabalhos entretanto produzidos, provoca um acumulado de conhecimento, uma *sedimentação* fundada em sucessivas visitas e olhares de diferentes investigadores que permite um acompa-

nhamento da vida e evolução destes antigos pontos de povoamento que estão dispersos pela paisagem. Se o trabalho de Afonso do Paço não foi exaustivo – afinal, o próprio menciona que não se deslocou a sítios, “quer pela distância, quer pela carência de transportes”<sup>4</sup> – o prosseguir de uma investigação sustentada tem conduzido a um alastrar, não apenas do conhecimento *inter-sítios*, relacionando-os e construindo uma densa malha de povoamento, mas também do conhecimento *intra-sítios*, desenvolvendo uma monitorização e acompanhamento da informação de cada local. Esta construção geracional de uma base informativa cada vez mais ampla é única a nível distrital, uma região que, apesar do reconhecido valor dos seus testemunhos arqueológicos, se caracteriza por uma investigação errática e que evolui sobretudo ao sabor dos interesses de agentes e entidades exteriores à zona.

Há ainda um outro pormenor a considerar, que se revela igualmente inovador: para o período romano, existe em Marvão um elemento da maior grandeza – a cidade de *Ammaia*<sup>5</sup> – que poderia ter polarizado a atenção dos investigadores, asfixiando os sítios na envolvente. No entanto, ao invés do habitual, a investigação decorreu do campo para a cidade, iniciando-se pela análise do território envolvente e, só a partir dos anos oitenta, avançando para a exploração da cidade, ganhando-se com isso uma noção profunda da rede de povoamento rural e um melhor conhecimento das interacções campo-cidade, que, em época romana, são fundamentais para o conhecimento da própria *urbs*.

Voltemos ao início, porque este quadro de conhecimentos contrasta fortemente com a paisagem que o olhar alcança. Na realidade, o concelho mais difícil de percorrer é aquele que mais foi palmilhado por arqueólogos. Um terreno íngreme, duro e difícil, onde, por todo o território, encontramos caos de blocos graníticos e penhas rochosas que dificultam a passagem, hoje como ontem, pois as portelas são estreitas e até os rios correm estrangulados entre as paredes rochosas. Nesta densa rede hidrográfica, encontramos o rio Sever, que hoje marca a fronteira com o território espanhol, e que constitui um alfobre indispensável de recursos para a população local. Outros riachos e ribeiros existem, alimentados pelo fluxo que provém das chuvas que a serra propicia, ou pelas condensações de humidade e névoas originadas pelos fenómenos de contenção das massas de ar húmido que as elevações provocam. Aos cursos de água somam-se fontes que brotam em inúmeros pontos – não fica a própria *Ammaia* próxima de um local denominado Olhos d’Água? Os relevos serranos propiciam um aumento considerável da pluviosidade nestas paragens, criando, portanto, as condições para o sustento quotidiano e para a prática agrícola, com água abundante e solos leves e fáceis de trabalhar, propícios para a criação de pequenas hortas.

Neste domínio, a serra propicia condições únicas para a subsistência humana. A água e os relevos propiciam biótopos extremamente favoráveis, que o Homem soube modelar criando terraços e patamares que alteraram as ancestrais curvas do relevo. Assim se implementou uma economia de largo espectro, onde, às hortícolas sachadas em férteis várzeas, se unem as frutas colhidas em pomares albergados das geadas ou os olivais, vinhas e cereais plantados em extensões menos aptas. E sempre o mel, os frutos secos, como as castanhas, figos e nozes, ou os produtos e possibilidades originados pelos rebanhos que calcorreiam a serra fazem parte da tradição local<sup>6</sup>. Se os incêndios e as desmatações criaram uma irreparável transformação no quadro paisagístico, custa hoje a crer como ainda há poucas décadas era “permitido aos pastores e agricultores [...] na Serra de S. Mamede o uso de armas para se defenderem das feras que se acoitavam na floresta” de “frondosos carvalhais de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*)”<sup>7</sup>, entre os quais se contavam lobos e mesmo os ursos que os muros apiários procuravam conter.

Por último, alguns recursos vitais para o povoamento de época romana, como as pedreiras para as construções públicas da cidade, que podiam ser encontradas no seu entorno ou então um pouco mais longe, em Pitaranha, onde cor-

tes nos afloramentos de um granito calco-alcalino sólido e resistente ficaram visíveis, bem como os numerosos blocos de quartzo e cristal de rocha que denunciavam o aproveitamento de outras pedras. Bem próximo está a “Tapada de Ferro”, e também “Ferrarias”, e entre os braços da serra encontramos dispersos vários montículos de escória, que certamente proporcionaram a alguns pequenos pontos de povoamento uma outra forma de subsistência. Também outras denominações, como “Fonte do Carvão” ou “Carvoeiros”, nos alertam para actividades que lidaram com o carvão, fosse a necessidade de alimentar os fornos para obtenção de cal, as forjas de minério ou apenas o combustível para alumiar o fogo doméstico.

Uma última nota, para não esquecer que, embora aparentemente preservada (e hoje protegida), esta paisagem sofreu alterações complexas, que foram profundas e afectam a nossa percepção das estratégias antigas de povoamento. Um exemplo, entre outros possíveis, que foi testemunhado por Afonso do Paço: “Há alguns anos os terrenos de Vale do Cano estavam inaproveitados, e todos estes elementos de civilização [romana] se estadeavam à superfície do solo. Com os recentes amanhos para culturas, abriram-se profundas valas onde tudo foi lançado, excepto as bases de colunas que ficaram dispostas aqui e alem a embelezar a propriedade agrícola actual, o peso de lagar, a lápide e pouco mais [...]”<sup>8</sup>. Ou seja, o actual volume de vestígios é, mesmo assim, uma pálida imagem do que em tempos seria por aqui observável, dada a *limpeza* ocorrida com finalidades agrícolas.

## 2. À volta da cidade: estratégias de povoamento no território de Ammaia

O principal óbice para um conhecimento efectivo dos ritmos e pautas de povoamento no território marvanense prende-se com a ausência de datações estratigráficas para os diversos locais existentes. Desta forma, não conseguimos isolar de modo preciso os momentos de fundação e abandono para cada um deles. Tal provoca um erro de leitura, pois, atentando na dimensão cartográfica, temos a incómoda sensação de existir uma densa mancha de pontos – ou seja, um espaço muito povoado –, mas com sítios que, afinal, podem pertencer a momentos diferenciados, não existindo então uma simultaneidade na ocupação, porque, na realidade, faltam os indicadores cronológicos que nos permitam perceber, efectivamente, que sítios pertencem a que momentos. A maioria dos locais foi identificada em prospecção, com indicadores sumários de superfície ou, em vários casos, nem isso, pois, em alguns dos povoados da serra, os materiais visíveis são muito escassos ou mesmo inexistentes. Ou seja, Marvão oferece-nos um denso conjunto de informações sob o ponto de vista cartográfico, mas não no domínio dos artefactos ou das leituras contextuais que a Arqueologia necessita para balizar os momentos de ocupação dos locais, o que nos induz na tentadora ideia de pensar que todos os lugares foram ocupados em simultâneo ou de conduzir a outras leituras apressadas. É certo que a distribuição é espacialmente equilibrada: quer a serra, quer o vale da Aramenha, apresentam um denso lote de locais, sem as lacunas ou fenómenos de *sobre-representação* que ocasionalmente observamos em outros concelhos, onde algumas freguesias ou espaços foram mais intensivamente estudados que outros. Dito isto, importa, contudo, considerar que, se no plano cartográfico a informação é abundante, quando analisamos dimensões mais *finas* e específicas, surgem as interrogações. Note-se como algumas esferas ainda necessitam de trabalho: sobre o mundo funerário, por exemplo, apenas uma necrópole foi identificada e escavada, no caso, o conjunto de sepulturas que durante a Antiguidade Tardia se tumularam no complexo termal de Pombais. As necrópoles imperiais ainda não foram identificadas, pois nenhuma *villa* tem o local de tumulação correspondente, o que constitui uma carência relevante para a percepção das gentes que habitaram este território.

Seja como for, parece óbvio que o impacto de Roma foi decisivo em toda esta região. Pelo que se conhece dos



Torre do Azinhal (12.07): vista da antiga construção registada por Afonso do Paço em 1949 e entretanto destruída. São visíveis alguns materiais pétreos em reaproveitamento



Pombais (12.11): vista actual das estruturas pertencentes ao balneário termal

modelos de ocupação da Idade do Ferro no concelho, parece que todos os sítios estão implantados nos topos protegidos com dispositivos defensivos, como no Castelo do Corregedor, Castelo da Crença ou Vidais. Não foram ainda identificados locais de implantação mais aberta, sendo legítimo, para já, pensar que o modelo de povoamento indígena se circunscreve a este registo. Sendo assim, a romanização traz uma ruptura completa com este sistema: *Ammaia*, uma *urbs ex novo* apresenta portas amuralhadas, mas que são unicamente de cariz honorífico, como era costume nas cidades fundadas de raiz. Ao descer dos “canchos” para o vale, Roma mostra uma intenção óbvia, a de integrar as comunidades locais na nova ordem e mundividência imperial. E, apesar de encontrarmos habitantes vindos de outras paragens, a onomástica dos magistrados da cidade mostra essa concatenação de gentes e uma distribuição de tarefas que conta com quem já habitava este território. Desta forma se cria um novo modelo de paisagem, com uma nova cidade, novas vias e caminhos de acessos e uma distribuição de novos sítios pelo espaço envolvente à cidade, em nada se conservando o tecido anterior. Uma nova geografia, de acordo com os interesses de Roma, que funciona como factor de estabilização e integração das comunidades locais e com suficiente força para atrair outras pessoas.

Que gentes foram estas? Os sítios existentes - independentemente das questões temporais, já abordadas – dão-nos respostas diferenciadas.

Nos vales, ou nas poucas zonas que, no concelho de Marvão, apresentam paisagens mais suaves, encontramos grandes unidades fundiárias de tipo *villa*. Algumas em alinhamento sucessivo, na franja norte do concelho, em implantação um pouco atípica, pois estão voltadas a Norte, para a Beira: Garriacho (onde se descobriu um tapete de mosaicos decorados a preto e branco com motivos piscícolas, um indicador relevante e o único pavimento deste tipo conhecido no concelho), Torre do Azinhal, Pereiro (junto a uma nascente de águas termais) e Pombais. Em comum, estes sítios apresentam, para além da implantação, extensas manchas de dispersão de vestígios à superfície e indicadores de produção, como pesos de lagar, de tear ou mós. Na envolvente destes sítios, encontramos ainda outro elemento constante: a proximidade de extensões aptas para o cultivo de cereais, com paisagens mais suaves e onduladas de solos pouco aptos ou esqueléticos, que poderão ter servido para esse tipo de cultura ou para vinha e olival.

Mais próximo da cidade de *Ammaia*, no vale de Aramenha, encontramos outro perfil de sítios. O mais relevante parece ser a Tapada da Eira, junto à actual povoação de Porto de Espada, que, inclusivamente, parece estender-se até ao cruzamento de estradas, na zona de Alagoa. As referências existentes são antigas<sup>9</sup> e, embora à superfície se encontrem poucos elementos, existem dispersas na povoação várias pedras de cantaria que denunciam um ponto de elevada monumentalidade. Estando próximo de uma antiga via, e sendo evidentes as escórias que aqui se encontram, temos duas hipóteses: um armazém de escoamento de produtos ou então uma *villa* nas proximidades da *urbs* que estivesse, sobretudo, dedicada à fundição de minério.

Que se saiba, este é para já o único sítio interpretado como *villa* apontada ao vale da Aramenha, no entorno imediato de *Ammaia*. As restantes, anteriormente mencionadas – todas com o mesmo padrão de implantação – encontram-se mais longe, já no limite do actual concelho e prolongando-se para Castelo de Vide, o que, no fundo, significa que estamos perante uma *urbs* que parece não ter promovido a estruturação da sua envolvente suburbana. Ou seja, os *dominii*, a elite urbana, terão escolhido paragens mais distantes para desfrutarem do *otium* rural, de modo um pouco diferenciado do que encontramos em outras cidades da *Lusitania*<sup>10</sup>, onde, por vezes, à distância de um quilómetro do núcleo urbano, encontramos estruturas “rurais” de grande porte.

Desta forma, em época imperial, o padrão de povoamento parece ser sectorizado: as grandes unidades fun-

diárias não se encontram dispersas pelo território, mas estão alocadas a *paisagens* específicas, ou seja, onde se conseguem encontrar recursos multivariados na envolvente. Parece também ser hierarquizado: a estas grandes estruturas fundiárias somam-se alguns casais de média dimensão, e mesmo sítios diminutos, correspondentes às *capannae*, pequenos sítios que encontram ressonância etnográfica nos abrigos, malhadas e arribanas que ainda estão dispersos pelo campo. Na primeira categoria, temos locais como Vale do Cano IV, Mouta Raza, Vale de Rodam, Eira do Relógio de Sol, Fonte dos Mortos (de onde provém uma relevante epígrafe de onomástica indígena), Estaca III, Ribeiro do Pinheiro II, Monte da Sobrosa II, Naves (com grandes acumulados de escórias e junto a um filão de cristais de quartzo); em todos encontramos manchas de cerâmica de construção, cerâmica de armazenamento (grandes contentores de tipo *dolium*) e, por vezes, indicadores produtivos, como pesos de tear e/ou de lagar, indicando actividades económicas de auto-subsistência. O seu padrão de implantação é variado, desde fundos de vales a topos mais elevados, mas sempre em zonas periféricas, para territórios mais interiores em relação às grandes *villae* ou à *urbs*. Resta ainda perceber a quem pertenciam: pela distância a que se encontram da cidade, não parece lógico pensar que os seus proprietários fossem pessoas que residissem em *Ammaia*, deslocando-se quotidianamente para locais que, por vezes, apresentam acessos pouco adequados. Desta forma, estas unidades médias poderiam ser casais autónomos, com camponeses livres que os administravam, que dos produtos da envolvente tiravam boa parte do seu sustento, complementando-o com a prática pastoril que estas paisagens de serrania proporcionam e outros recursos específicos, como o mel, as frutas, a cestaria, a tecelagem ou o aproveitamento de minério. Nestes casais, desfrutava-se de uma maior autonomia social, criando redes mais fluidas, com a agravante, porém, de as possibilidades de promoção e reconhecimento social serem inferiores. Desta forma, as grandes unidades fundiárias estariam um pouco mais longe da cidade e poderiam dispor de maiores extensões de terreno na envolvente, criando latifúndios propícios ao paradigma vivencial e económico de uma *villa*. Na zona da serra, a propriedade estaria mais repartida, dividida entre estas unidades de média dimensão, criando estruturas fundiárias que viviam quase em auto-subsistência, aproveitando a economia de largo espectro que os biótopos serranos propiciam.

Para um melhor conhecimento das estratégias económicas em época imperial, faltam-nos várias dimensões de análise, em especial no que toca ao mundo dos objectos, dos artefactos e seus usos. A distribuição de cerâmica de mesa – a *terra sigillata* e a cerâmica de paredes finas, sobretudo – é pouco conhecida, bem como a presença de contentores anfóricos, sempre muito relevantes por nos darem a noção dos produtos que neles estariam envasados. De qualquer modo, quase todos os “casais” apresentam fragmentos de grandes contentores – *dolium* –, o que nos indica a necessidade de apropriação de alguns produtos que seriam obtidos localmente – fossem cereais ou vinho, neste caso.



Monte Velho (12.12) concentração de cerâmicas junto a sepultura escavada na rocha

Também a existência de alguns escoriais demonstra a exploração de cristais de rocha, pedras de cantaria e, sobretudo, metais e minérios que o território alberga. E não podemos esquecer um produto subvalorizado pela investigação arqueológica, porque de difícil rastreio, mas de grande importância no mundo antigo, e de elevada evidência etnográfica no aro marvanense: a cal, com fornos explorados no vale de Aramenha, em Cova do Aldrave, Matinho ou Cova da Moura I, onde também temos o topónimo “Caleira”. A tradição de exploração é localmente muito antiga, não custando pensar que remontasse ao Império: José de Cornide, na sua visita, indicou que “Yo no he descubierto señales de plomo ni escorias y sólo he notado que toda la montaña es de piedra calcárea, de que los naturales hacen uso para hacer cal, para cuyo efecto tienen un horno en las inmediaciones de dicha boca”<sup>11</sup>.

Seja como for, uma das consequências mais imediatas desta análise territorial parece ser o facto de Ammaia ter sido uma *urbs* que não procedeu à fundiarização do seu imediato entorno, ou porque a cidade administrou directamente estes espaços, ou porque as elites decidiram procurar outros territórios. Em rigor, não existe uma repartição equilibrada de estruturas de tipo *villae* na envolvente da cidade. O que talvez se prenda com questões fisiográficas – um terreno de serrania, difícil de aproveitar no modelo das *paisagens ideais* que o *otium* requer – ou com o perfil marcadamente indígena que encontramos na onomástica dos seus habitantes, que talvez não tenham assimilado por completo os códigos da vivência rural clássica, transpondo esses ideais para as estruturas construídas. Uma questão a resolver com o intensificar da análise da cultura material, que nos permita perceber os índices aquisitivos e a integração no âmbito da romanidade destas comunidades que ocupavam o meio rural.

### 3. Transformação e mudança no espaço rural durante a Antiguidade Tardia

Em traços gerais, durante o Império, o quadro parece estável: uma *urbs* com uma rede de casais envolvente e algumas estruturas fundiárias de grande dimensão, de tipo *villa*, a média distância, promovendo o aproveitamento dos recursos económicos existentes.

O que se segue é de difícil leitura, essencialmente pela já referida ausência de dados artefactuais que nos possibilitem cronologias, quer para a cidade, quer para os estabelecimentos no campo. Ou seja, não sabemos quando a cidade deixou de cumprir as suas funções de elemento estruturador da paisagem envolvente; e também não sabemos os ritmos de ocupação, abandono e fundação dos sítios rurais, em especial aqueles no ambiente serrano.

Num primeiro olhar, parecem existir mudanças de fundo: em zonas de difícil acesso, difíceis de localizar com um olhar menos atento, em paisagens escondidas e periféricas, instalam-se agora povoados que, por vezes, atingem dimensões de alguns hectares. Da mesma forma, em alguns topos que desde a Idade do Ferro estavam abandonados, vemos agora surgir estruturas de habitação que, genericamente, parecem ter uma organização semelhante aos sítios anteriores. Em resumo, os padrões de povoamento mudam, trazendo novas formas de habitar o território: se, em época imperial, os poucos vales ou paisagens suaves eram escolhas preferenciais, agora, é entre os “canchos” que vemos surgir os povoados que albergam as gentes que por aqui continuam a habitar. Resta saber em que momentos surgem estas alterações: se durante a Antiguidade Tardia ou já em período medieval.

Para procurar diagnosticar este processo, uma tese estimulante foi apresentada por Jorge de Oliveira e Sérgio Pereira<sup>12</sup>, sob a óptica da “pulverização” da cidade de Ammaia. Para os autores, esta mudança de estratégias nas pautas de ocupação do concelho, analisadas à luz da distribuição cartográfica, permitem supor o colapso da cidade e a desestruturação da rede de povoamento até aí sustentada, substituída no final do Império por uma dispersão populaci-

onal em povoados que nada têm que ver com o padrão anterior. A cidade esvazia-se, também por alterações na esfera social (uma “libertação” de escravos que o Cristianismo trouxe, por exemplo), obrigando a população a procurar novas estratégias de subsistência, o que conduziu à fuga para o espaço montanhoso, fundando povoados em sítios de difícil acesso, dada a instabilidade reinante. Sem suporte artefactual e unicamente apoiada na análise dos padrões de dispersão de povoamento, esta proposta tem o indiscutível mérito de ser a primeira leitura estruturada que procura explicar o final do Império na região, tentando entender as relações campo/cidade e os factores de mudança a partir da pretensa desestruturação do núcleo urbano, entendido como despoletador das alterações nos padrões de povoamento. A “pulverização” faz-se nesta dupla tensão, entre uma cidade abandonada e esvaziada das suas funções de pólo agregador e uma paisagem rural que agora se preenche de uma miríade de sítios maiores ou mais pequenos, que vão explorar nichos económicos bem dentro do espaço montanhoso.

À primeira vista, os novos povoados que agora surgem parecem ser um forte apoio a esta leitura. Enumerem-se os sítios, para se ter uma ideia da dimensão numérica: Vale do Cano VIII, Monte Velho (talvez o maior e mais complexo, com uma impressionante quantidade de sepulturas escavadas na rocha na sua envolvente, e com o valor informativo acrescido de nele ter decorrido uma pequena sondagem feita por Afonso do Paço<sup>15</sup>), Patinha da Burra (talvez o de evidências estruturais mais bem conservadas, embora relativamente pequeno em área), Ribeira do Lobo, Maral, Seiçal, Vedeira, Aldeia, Relva, Ranginha, Fonte de Souto, além de outros que certamente estão ocultos na paisagem, dada a dificuldade de detecção, pelos acessos difíceis que os caracterizam (e sem esquecer outros, pretensamente de época romana mas que, nas imediações, apresentam sepulturas escavadas na rocha, como Mouta Raza e Vale de Rodam, por exemplo). Aliás, por este facto, denominei-os de “povoados escondidos”, não porque se situem em topos, mas em recantos escondidos no meio da paisagem, frequentemente em dobras de curvas de nível que muitas vezes os ocultam e hoje os tornam difíceis de detectar em trabalho de campo. No topo, sim, encontramos Castelo da Crença, também com indicadores fortes de ocupação em época tardo-antiga ou alto-medieval, tratando-se, aqui, de um povoado de altura com dispositivos defensivos.

Trata-se de um panorama admirável pela quantidade de sítios e pela sua qualidade de preservação, pois muitos não foram afectados pela prática agrícola recente, fruto da sua ocultação em paisagens inóspitas ou pouco propícias para os usos modernos do solo. Mas várias questões se levantam na sua análise conjunta. Uma delas, porventura a central, prende-se com a questão do tempo.

A leitura cartográfica parte do princípio que todos os povoados foram ocupados em simultaneidade, correspondendo à fuga de uma população urbana para o entorno rural em volta. Mas tal como não podemos presumir, na leitura cartográfica dos sítios de época romana, que todos os locais foram ocupados ao mesmo tempo, também não o podemos fazer para os *povoados escondidos*. Infelizmente, não temos cronologias finas que nos permitam perceber nem o momento de fundação, nem os intervalos de ocupação para estes locais. Atrevo-me ainda a assinalar que, em mera leitura de terreno, parece possível que os *povoados escondidos* não sejam todos da mesma época, ou pela espessura dos ímbrices – mais espessos em Monte Velho, mais finos em Aldeia e Relva, por exemplo – ou pela arquitectura e planimetria das estruturas conservadas, ou ainda pela proximidade às sepulturas escavadas na rocha e lagares que em alguns casos se observa.

Um sítio-chave para entendermos esta dinâmica poderia ser Pombais, objecto de escavações arqueológicas precocemente interrompidas na década de oitenta. Relembre-se o existente: uma extensa necrópole de época tardia, talvez de finais do século IV ou inícios do seguinte, instala-se e condensa um edifício termal de uma *villa*. Cerca de trinta



sepulturas, mais um sarcófago ainda hoje abandonado no campo, testemunham uma dimensão demográfica com evidente relevância. Pelo menos uma lucerna com *chrismos* cristão demonstra a nova fé instalada, que talvez se articulasse em torno de uma basílica, edifício de culto cuja presença parece bastante provável, embora não detectada na escavação realizada. Fragmentos de *terra sigillata* africana clara C e D e “pré-luzente” oriental demonstram o prosseguimento de cadeias comerciais até ao local, e que, até ao século VI, permanece a vivência humana no local.

Desta época poderá datar o momento de fundação do grande povoado de Monte Velho. Os materiais romanos identificados na sondagem de Afonso do Paço são evidentes: pesos de lagar, elementos de cantaria, caleiras, etc. Mas o



Patinha da Burra (12.18): um dos núcleos de construções mais próximas da linha de água

que tal significa? Uma fundação feita por gentes que vieram de Ammaia carregando pesados blocos de pedra? Um povoado construído ainda em tempos imperiais ou já tardo-antigos, mas quando os modos de saber-fazer clássicos estão plenamente em vigor? Ou tratam-se de materiais em reutilização, aproveitados de algum sítio vizinho que estivesse já ao abandono e que estes novos povoadores foram recolher?

É certo que, em Monte

Velho, existem compartimentos ortogonais e um proto-urbanismo, com uma rua central e várias laterais, que demonstram uma organização e o domínio de princípios construtivos básicos (que não se encontram em outros *povoados escondidos* ou no sítio de altura de Castelo de Crença), mas, em rigor, nada pode ser dito assertivamente sobre o momento de fundação deste emblemático local. Apenas uma certeza: tal como em Pombais, encontramos mais um sinal de triunfo cristão, com a inscrição *(H)IC PAX (H)IC C(H)RIST(V)S*, realizada antes da cozedura da peça, em telha queimada “pelo incêndio que teria vitimado a casa”<sup>14</sup>. Note-se ainda que, neste sítio, encontramos tégulas e ímbrices espessos, o que já não se verifica na maior parte dos outros povoados.

Talvez Pombais e Monte Velho marquem etapas intermédias e faseadas no processo de alteração da paisagem pós-imperial, talvez ambos pertençam ao mesmo momento com significados diferentes, ou ainda talvez pertençam, afinal, a momentos diferentes, entre si e com os outros *povoados escondidos*. Na realidade, as indefinições cronológicas são imensas: o que significa a contiguidade de alguns destes sítios a estruturas de lagar e a sepulturas escavadas na

rocha? Poderão, afinal, estes núcleos ser integrados em momentos plenamente medievais? Certo é que, à excepção de Castelo da Crença, em nenhum povoado da altura da Idade do Ferro se verifica uma reocupação em época pós-romana, visto que todos estes sítios integrados no novo modelo de povoamento dos *povoados escondidos* apresentam uma implantação própria. Sem estruturas de cariz defensivo, todos eles esbatem a *violência da barbarização* e a insegurança das comunidades locais que pretensamente se faz sentir com a queda do Império Romano, mas reflectem, afinal, a procura de novos modelos económicos e a opção por uma exploração de base agro-pastoril muito ampla e distinta do modelo fundiário das *villae*. Esta aldeanização do povoamento poderá, então, derivar, não do colapso da *urbs*, mas da alteração de elementos geoestratégicos mais amplos, em que os circuitos económicos imperiais vão-se atrofiando e as populações procuram nichos de subsistência próprios, tentando colonizar terras marginais talvez porque os *fundi das villae* ainda se mantenham ocupados – como poderá ter acontecido com o sítio de Pombais, onde a presença de *terra sigillata* africana e oriental demonstra que, afinal, ainda alguns circuitos de abastecimento estão em vigor. Claro que para definir melhor este quadro falta-nos perceber o que se passa no interior da própria cidade, onde existem notícias difusas sobre o achado de peças visigóticas e orientais, o que em muito nos ajudaria a definir a reconfiguração do papel de *Ammaia* em todo este processo.

#### 4. Definindo leituras: dos “canchos” aos vales e de novo aos “canchos”

Olhando para as expressões cartográficas do povoamento marvanense, entre a Idade do Ferro e a Alta Idade Média, observamos profundas alterações. A um modelo de povoados de altura, ocupando os mais elevados píncaros do território, vemos como, em época imperial, com algumas excepções, os sítios se distribuem pelo território e preferencialmente pelas cotas mais baixas. Criando uma rede de povoamento hierarquizado, estruturado na *urbs* de *Ammaia* e em grandes *villae* desigualmente espalhadas pelo campo, Roma desenvolve neste espaço um modelo de subsistência que explora de forma profunda as valências económicas do território: seja nas actividades agro-pecuárias, seja nos recursos minerais ou nas pedreiras (ou ainda, presumivelmente, na cal), vemos como Roma cria um modelo económico complexo que recorre à *estratificação* e à *especialização* funcional dos sítios, que se espalham, de modo multivariado, pelo território.

Com o final do Império, existe uma mudança estrutural no cariz da rede. Alguns fenómenos de passagem são recenseados intra-sítio, como em Pombais – com a reconfiguração do perfil de ocupação de parte do local, que, de espaço de lazer, se transforma em zona sepulcral – e em Monte Velho, com materiais ainda romanos acompanhados da presença da fé cristã. Mas o que se segue (em que momento?) é um modelo novo, assente, sobretudo, em *povoados escondidos* em zonas que raramente são de cota muito elevada (e só com um caso no topo, Castelo da Crença, sendo todos os restantes na encosta) que traduzem um modelo de povoamento disperso de sítios não especializados que parecem aproveitar as possibilidades da economia de amplo espectro. No meio dos “canchos” e das fragas rochosas, abandonam-se os vales (poucos são os sítios em paisagem aberta, como Vale do Cano VIII) e as bolsas de solo de maior fertilidade para se experimentar a implantação em dobras de terreno, escondidas entre curvas de nível, por vezes aperfeiçoadas, e em locais de difícil acesso entre as penhas e os caos de blocos. Uma nova paisagem, portanto.

Da sofisticação romana para a auto-subsistência alto-medieval, ou dos vales para os “canchos” rochosos, o povoamento rural do aro marvanense passa por uma radical transformação, mostrando, no fundo, como a desestruturação da paisagem imperial foi decisiva nesta região.

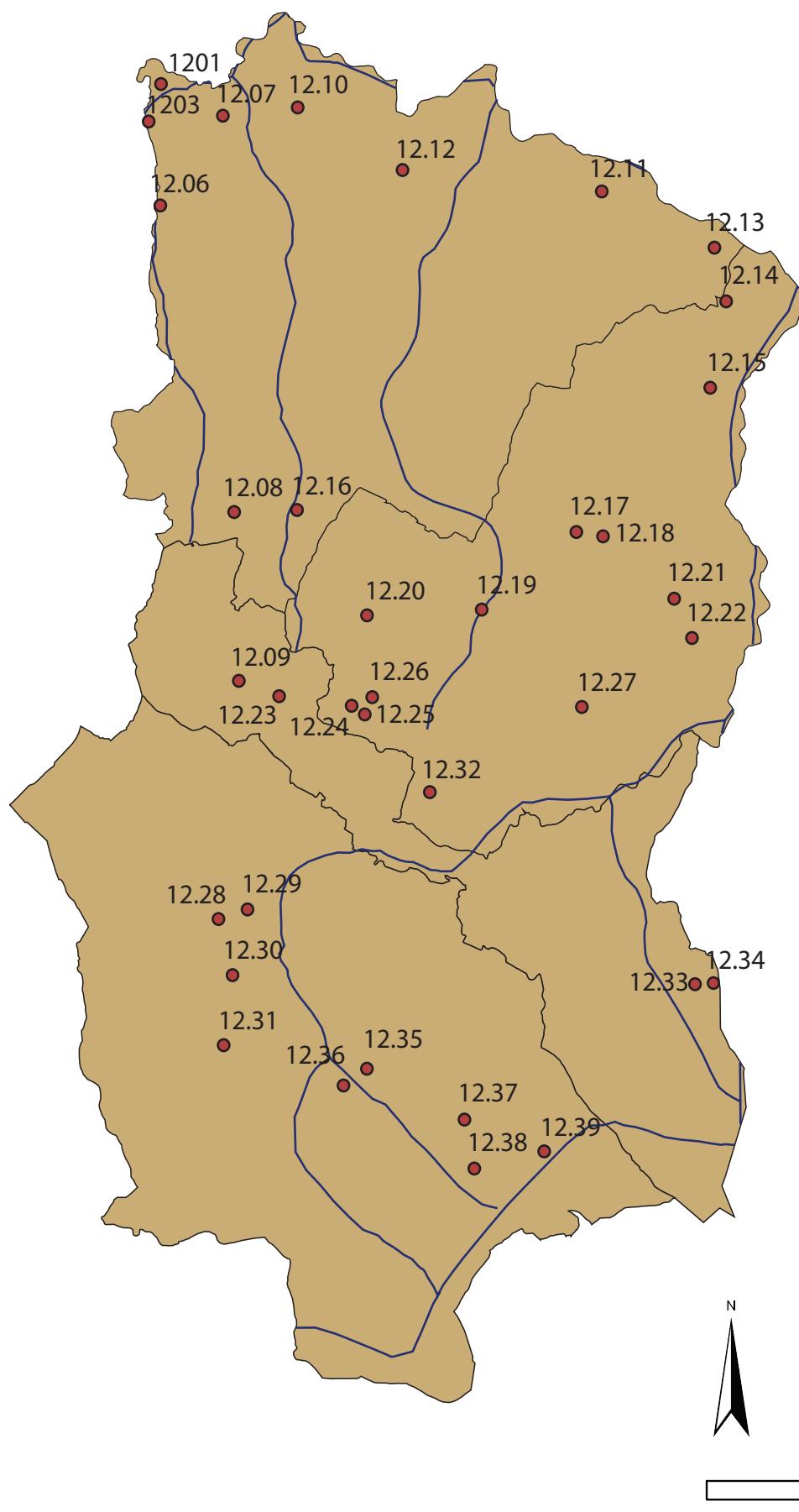
## Anexo: Sítios arqueológicos de época romana e alto-medieval no concelho de Marvão

N.º	Topónimo	Tipo de identificação	CMP	Tipo de sítio	Cronologia
12.01.	Garriacho	Terreno	325	<i>Villa</i>	Romano
12.02.	Retorta	Topónimo	325-A	<i>Villa</i> (?)	Romano
12.03.	Vale do Cano III	Terreno	335	<i>Villa</i> (?)	Romano
12.04.	Vale do Cano IV	Terreno	335	Casal	Romano
12.05.	Vale do Cano V	Terreno	335	Casal	Romano
12.06.	Vale do Cano VIII	Terreno	335	Povoado	AIM
12.07.	Torre do Azinhal	Terreno	335	<i>Villa</i>	Romano/AT/AIM
12.08.	Mouta Raza	Bibliografia	335	Casal	Romano/AIM
12.09.	Vale de Rodam	Terreno	335	Casal	Romano /AIM
12.10.	Pereiro/Fadagosa	Terreno	336	<i>Villa</i>	Romano
12.11.	Pombais	Terreno	336	<i>Villa</i> /Nec.	Romano/AT
12.12.	Monte Velho	Terreno	336	Povoado	AT/AIM
12.13.	Amoreiras	Terreno	336	<i>Villa</i> (?)	Romano
12.14.	Eira do Relógio	Terreno	336	Casal	Romano
12.15.	Salto do Cavalo	Bibliografia	336	Casal	Romano
12.16.	Bica	Bibliografia	336	Casal	Romano
12.17.	Fonte do Mortos	Terreno	336	Casal	Romano
12.18.	P. da Burra	Terreno	336	Povoado	AIM
12.19.	Ranginha	Bibliografia	336	Casal (?)	Romano
12.20.	Aldeia	Terreno	336	Povoado	AIM
12.21.	Vale de Luso	Terreno	336	Povoado (?)	Romano/AT/AIM
12.22.	Ribeira do Lobo	Bibliografia	336	Povoado	AIM
12.23.	Estaca	Bibliografia	336	Casal (?)	Romano/AT
12.24.	Maral	Bibliografia	336	Povoado	AT/AIM
12.25.	Seiçal	Bibliografia	336	Povoado	AT/AIM
12.26.	Vedeira	Bibliografia	336	Povoado	AT/AIM
12.27.	Relva	Terreno	336	Povoado	AT/AIM
12.28.	Ribeiro do Pinheiro II	Bibliografia	347	Casal	Romano
12.29.	Prado II	Bibliografia	347	Casal	Romano
12.30.	Vaqueirinho	Bibliografia	347	Peq. sítio (?)	Romano
12.31.	Q. Pe. Francisco	Bibliografia	347	Casal (?)	Romano
12.32.	Fonte de Souto I	Terreno	348	Casal	Romano
12.33.	M. Sobrosa II	Terreno	348	Casal	Romano
12.34.	Pitaranha	Terreno	348	Pedreira	Romano
12.35.	Q.ª da Queijeira	Bibliografia	348	Peq. sítio	Romano
12.36.	Gavião	Terreno	348	Casal	Romano
12.37.	Alagoa	Terreno	348	<i>Villa</i>	Romano
12.38.	Naves	Bibliografia	348	Casal	Romano
12.39.	Tapada do Forno	Bibliografia	348	Casal (?)	Romano
12.40.	Alto de São Mamede	Terreno	348	Santuário (?)	Romano



Vista do vale da Aramenha e da cidade de Ammaia a partir do alto de São Mamede. À esquerda, a vila de Marvão





<sup>1</sup> O presente texto resulta da adaptação de um capítulo da dissertação de doutoramento em Arqueologia Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia, defendida em 2011 na Universidade de Évora.

<sup>2</sup> Paço, 1949, 1953; registe-se também a contribuição de Eugénio Jalhay (1947).

<sup>3</sup> Oliveira, Pereira e Parreira, 2007.

<sup>4</sup> Paço, 1953: 106.

<sup>5</sup> Apesar do interesse que a *urbs* despertou em José Leite de Vasconcellos, que procurou e conseguiu obter um valioso espólio, hoje depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Uma análise deste processo em Oliveira e Cunha, 1993-1994.

<sup>6</sup> As fontes antigas louvam os recursos proporcionados por uma serra “de ares aprazíveis” com uma “multidão de claras fontes, doces e frias águas”, uma paisagem “toda coberta de sombrios soutos, pomares, vinhas, oliveiras e muitos castanheiros”, sempre verde na plena “formusura da sua primavera” (Frei Amador Arrais, Diálogos IV, cap. VIII). Nas Memórias Paroquiais de 1758 enumeram-se “alguns trigos, sevada, senteyo, e milho meudo, vinho, azeite, castanha, frutas temporans como peras, macans, sereijas, ginjas, e tambem da mesma qualidade frutas de guarda de excelente gosto e abundancia”; o pároco é de Castelo de Vide (S. João Baptista), mas não custa transpor a descrição para o aro marvanense.

<sup>7</sup> Oliveira, 1997: 21.

<sup>8</sup> Paço, 1953: 19.

<sup>9</sup> Afonso do Paço, 1953: 22 refere “enormes tijolões, fragmentos de potes, canalizações, jorras de ferro” e cantarias.

<sup>10</sup> Para além de *Augusta Emerita*, consulte-se o caso talvez mais bem conhecido no território nacional: o entorno imediato de *Pax Iulia*, a actual Beja, onde a curta distância da cidade romana – por vezes, a poucas centenas de metros – existem estruturas interpretáveis como *villa*, indicando uma proximidade imediata dos *potentiores* à cidade. Ver Lopes, 2003.

<sup>11</sup> Abascal & Cebrián, 2009: 670.

<sup>12</sup> 2010.

<sup>13</sup> Paço, 1949.

<sup>14</sup> 1949: 12-13.

## Bibliografia

Abascal, Juan Manuel & Cebrián, Rosario (2009). *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid, Real Academia de la Historia.

Carneiro, André (2002). “O fim do Império e a cristianização no território da *civitas ammaicensis*: mudança e continuidade no concelho de Fronteira”. *Ibn Maruan*, pp. 135-157. Jalhay, Eugénio (1947). “Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo da Aramenha romana (concelho de Marvão)”. *Brotéria*, 45 (6), Dez. 1947, pp. 615-633.

Lopes, Maria da Conceição (2003). *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*. (Conímbriga Anexos 3), Coimbra, IFLUC, 2 vols.

Oliveira, Jorge de (1997). “Monumentos Megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever”. *Ibn Maruan*. Edição especial, Tomo I, Lisboa, Edições Colibri.

Oliveira, Jorge de e Cunha, Susana (1993-1994). “A cidade romana de *Ammaia* na correspondência entre António Mação e Leite de Vasconcelos”. *O Arqueólogo Português*, série IV, 11/12, pp. 103-134.

Oliveira, Jorge de e Pereira, Sérgio (2010). “A pulverização da *Ammaia* na Alta Idade Média. In Oliveira, Oliveira & Patrocínio (eds.). *Espaços e paisagens. Antiguidade Clássica e heranças contemporâneas*. Actas do VII Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos (Évora, 10-12 de Abril de 2008), APEC, Coimbra, pp. 171-186.

Oliveira, Jorge de; Pereira, Sérgio e Parreira, João (2007). “Nova Carta Arqueológica do concelho de Marvão”. *Ibn Maruan* n.º 14, Lisboa/Marvão.

Paço, Afonso do (1949). “Inscrição do Monte Velho (Beirã, Marvão)”. *Brotéria* 49 (1), Jul., pp. 40-54.

(1953). “Carta Arqueológica do concelho de Marvão”. *Congresso luso-espanhol para o progresso das ciências – 7.ª secção. Ciências históricas e filológicas (Lisboa, 1950)*, Lisboa, Associação Portuguesa para o progresso das ciências, pp. 93-119.

Colibri – Artes Gráficas

Apartado 42 001  
1601-801 Lisboa

Tel: 21 931 74 99  
[www.edi-colibri.pt](http://www.edi-colibri.pt)  
[colibri@edi-colibri.pt](mailto:colibri@edi-colibri.pt)